



Número: **0021845-56.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 32ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDIPO RODRIGUES DA SILVA (AUTOR)		MARIA DAS GRACAS LUCENA AMANCIO TAVARES DE SA PRAGANA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61595929	07/05/2020 19:17	Petição Inicial	Petição Inicial
61595930	07/05/2020 19:17	Petição Inicial	Petição em PDF
61595931	07/05/2020 19:17	Doc. 01- RG e CPF	Documento de Identificação
61596984	07/05/2020 19:17	Doc. 02 - Comprovante + Declaração de Residência	Documento de Comprovação
61596986	07/05/2020 19:17	Doc. 03 - Procuração	Procuração
61596992	07/05/2020 19:17	Doc. 04 - Declaração de Hipossuficiência	Documento de Comprovação
61596994	07/05/2020 19:17	Doc. 05 - Boletim de Ocorrência	Outros (Documento)
61596995	07/05/2020 19:17	Doc. 06 - Relatório Médico Hospitalar + Laudo Médico	Outros (Documento)
61596997	07/05/2020 19:17	Doc. 07 - Comprovante de Requerimento Administrativo	Outros (Documento)
61621444	08/05/2020 11:41	Despacho	Despacho
61650168	08/05/2020 17:10	Certidão	Certidão
61650910	08/05/2020 17:16	Intimação	Intimação
61668445	09/05/2020 18:54	Petição em PDF	Petição em PDF
65950623	07/08/2020 01:25	Laudo	Petição em PDF
65950624	07/08/2020 01:25	LAUDO 0021845-56.2020.8.17.2001	Laudo Pericial

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ DE DIREITO DA __VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL- PE.

ÉDIPO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, casado, desempregado, portador do RG 7.702.809 SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 116.211.534-36, (**Doc. 01- RG e CPF**), residente e domiciliado na 1ª Travessa Guaraciaba, nº 70, Cohab, Recife - PE, CEP 51.290-501, (**Doc. 02 - Comprovante + Declaração de Residência**), endereço eletrônico: gracalucenapragana@gmail.com, vem por sua advogada, procuração em anexo (**Doc. 03 - Procuração**), com qualificações e endereço profissional para os fins dos Arts. 77, V e 105, §2º do CPC, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no Art. 5º, V, X e XXXV da CRFB/88, DL nº 73/96, regulamentado pelo Decreto nº 61.867/67, art. 3º, "b" e art. 5º, ambos da Lei nº 6.194/74 modificado pela Lei 11.482/07 c/c os Arts. 98, 319 e seguintes do CPC, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA PARCIAL DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT C/C
REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS**

em face da **SEGURADORA LÍDER CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.031-201, RJ, endereço eletrônico: faleconosco@seguradoralider.com.br, diante dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1 - PRELIMINARMENTE

1.1- DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente a parte Autora afirma ser hipossuficiente na forma da lei, não tendo condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo próprio e de sua família, em conformidade com a Lei nº 1.060/50, requer lhe seja concedido o benefício. (**Doc. 04 - Declaração de Hipossuficiência**)

1.2 - DA OBEDIENCIA AO PRAZO PRESCRICIONAL

Registra ainda, que a presente demanda é tempestiva, uma vez que não houve o decurso do prazo de 3 (três) anos, contados do evento danoso. Nos termos da Súmula 405 do STJ.

2 - DOS FATOS

A parte Autora foi vítima de acidente de transito ocorrido em 18/11/2019, fato este registrado pela autoridade policial competente à circunscrição do acidente. (**Doc. 05 - Boletim de Ocorrência**)

Em consequência do acidente, a parte autora **SOFREU FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO**



RÁDIO, COM REALIZAÇÃO DE CIRURGIA, ONDE SOBREVIERAM SEQUELAS PERMANENTES RESULTANDO NA PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS MEMBROS SUPERIORES, ratificadas pelo Laudo médico em anexo. (Doc. 06 - Relatório Médico Hospitalar + Laudo Médico)

A parte Autora requereu pela via administrativa da Ré o recebimento do quantum indenizatório decorrente do Seguro Obrigatório DPVAT, onde fora instruído com o rol de documentos exigidos no diploma legal vigente. (Documentação em poder da Seguradora Ré)

Ato contínuo, **a Demandada submeteu a parte Autora à perícia médica realizada por equipe contratada por esta**, onde o perito médico, após exame pessoal e acesso ao rol de documentos médicos, constatou a sua **INVALIDEZ PERMANENTE**, ensejando a parcial procedência do pleito administrativo para o pagamento da indenização.

Contudo, o valor liberado administrativamente foi de apenas R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), (Doc. 07 - Comprovante de Requerimento Administrativo), valor este que é sugerido pelo perito médico da Seguradora ora demandada.

Ocorre que, **a Seguradora ré mesmo de posse de farta documentação médica, entendeu por indenizar o Autor em valor inferior ao contido na tabela de Danos Pessoais inserida na Lei 11.495/09, violando disposição legal que estabelece o quantum indenizatório.**

Diante do exposto, é que o Autor se vale da presente via, objetivando o pagamento da complementação do valor da indenização.

3 - DO DIREITO

Conforme dispõe o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.495/09. Vejamos:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei 11.482, de 2007).

Contudo, conforme supracitado a requerida através da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, efetuou o pagamento da indenização reclamada no R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

A seguradora Ré, mesmo de posse de farta documentação médica, em flagrante desobediência legal ESTABELECE O QUANTUM INDENIZATÓRIO em valores inferiores ao contido na Tabela de Danos Pessoais inserida na Lei nº 11.495/09.

O PAGAMENTO REALIZADO REPRESENTA APENAS FRAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO DEVIDO, pois é inferior ao determinado para os casos de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores.

A perda ou diminuição de qualquer segmento do corpo humano, determina a redução ou perda da funcionalidade da parte afetada. O corpo humano é um todo disciplinado e, a ausência de um órgão ou perda de uma função acarreta uma demanda de maior esforço na realização de qualquer função FÍSICA OU MENTAL.

Realmente, a quantificação das lesões físicas e psíquicas permanentes, as quais foram devidamente reconhecidas pelo exame ora apresentado, permitem a elevação do valor da indenização paga em desacordo com a Lei.

A requerida, aproveitando a falta de esclarecimento do beneficiário, pessoa humilde e sem condição financeira, lesionou seu direito, se proporcionando enriquecimento ilícito além, de inestimáveis prejuízos ao requerente.

O que sobeja na discussão, é a inescrupulosa avaliação do quantum a ser indenizado.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), O Autor faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja,



da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

3.1 - DO CÁLCULO DA DIFERENÇA DEVIDA

A legislação vigente tem inserida em seu contexto a Tabela de Danos Pessoais que estabelece o percentual a ser aplicado sobre o teto indenizável observada a lesão permanente resultante do acidente de trânsito.

A parte autora sofreu FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO.

O pagamento administrativo realizado pela seguradora foi de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Contudo, para o caso de PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS MEMBROS SUPERIORES, tem-se os seguintes valores:



3.1.1 - CÁLCULO COM O VALOR DE INDENIZAÇÃO VIGENTE:

$R\$ 9.450,00 \times 100\% = R\$ 9.450,00 - R\$ 1.687,50 = R\$ 7.762,50$ (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Conforme descrito, a parte Autora sofreu lesões permanentes, e o que se pleiteia é o valor devido por medida de justiça, e deverão ser acrescidas as incidências legais pela aplicação do IGPM.

4 – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, formula os pedidos a seguir.

- a) A concessão de benefícios da Justiça Gratuita, com base na Lei 13.105/15, em seu artigo 98 e seguintes, no que se refere ao modo de pedir e a prova da condição de necessidade, por tratar o requerente de pessoa sem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, pois se encontra com sérias dificuldades financeiras em razão dos fatos narrados na presente peça. Em consequência, requer a nomeação deste subscritor como assistente Judiciário;
- b) A citação da ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo, comparecer a audiência prevista no art. 246, I, do Novo Código de Processo Civil, a ser designada por V. Exa., sob pena de não o fazendo, serem reputados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora, face à sua revelia;
- c) A designação de audiência previa de conciliação, nos termos do art. 319, VII do CPC;
- d) A inversão do ÔNUS DA PROVA, em face da inquestionável hipossuficiência da parte autora, e pelo fato da retenção dos documentos apresentados à requerida, quando do pleito administrativo requerido pela parte autora.



e) A condenação da ré, no pagamento da complementação do valor da Indenização, qual seja: R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), ACRESCIDA DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO E JUROS LEGAIS DESDE A CITAÇÃO.

f) A condenação da ré, nas custas judiciais e honorários advocatícios sucumbenciais, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação.

g) Por fim, requer que todas as intimações e publicações referentes ao processo em epígrafe, sejam realizadas em nome de sua patrona, na forma do Artigo 272 do CPC, sob pena de nulidade.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Termos em que,
Pede deferimento.

Recife, 07 de Maio de 2020.

GRAÇA PRAGANA
OAB/PE Nº 51.927



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ DE DIREITO DA
__VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL- PE.**

ÉDIPO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, casado, desempregado, portador do RG 7.702.809 SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 116.211.534-36, (**Doc. 01- RG e CPF**), residente e domiciliado na 1ª Travessa Guaraciaba, nº 70, Cohab, Recife - PE, CEP 51.290-501, (**Doc. 02 - Comprovante + Declaração de Residência**), endereço eletrônico: gracalucenapragana@gmail.com, vem por sua advogada, procuração em anexo (**Doc. 03 - Procuração**), com qualificações e endereço profissional para os fins dos Arts. 77, V e 105, §2º do CPC, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no Art. 5º, V, X e XXXV da CRFB/88, DL nº 73/96, regulamentado pelo Decreto nº 61.867/67, art. 3º, "b" e art. 5º, ambos da Lei nº 6.194/74 modificado pela Lei 11.482/07 c/c os Arts. 98, 319 e seguintes do CPC, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA PARCIAL DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO - DPVAT C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS**

em face da **SEGURADORA LÍDER CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.031-201, RJ, endereço eletrônico: faleconosco@seguradoralider.com.br, diante dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1 - PRELIMINARMENTE

1.1- DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente a parte Autora afirma ser hipossuficiente na forma da lei, não tendo condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo



próprio e de sua família, em conformidade com a Lei nº 1.060/50, requer lhe seja concedido o benefício. (**Doc. 04 - Declaração de Hipossuficiência**)

1.2 - DA OBEDIENCIA AO PRAZO PRESCRICIONAL

Registra ainda, que a presente demanda é tempestiva, uma vez que não houve o decurso do prazo de 3 (três) anos, contados do evento danoso. Nos termos da Súmula 405 do STJ.

2 - DOS FATOS

A parte Autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 18/11/2019, fato este registrado pela autoridade policial competente à circunscrição do acidente. (**Doc. 05 - Boletim de Ocorrência**)

Em consequência do acidente, a parte autora **SOFREU FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO, COM REALIZAÇÃO DE CIRURGIA, ONDE SOBREVIERAM SEQUELAS PERMANENTES RESULTANDO NA PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS MEMBROS SUPERIORES,** ratificadas pelo Laudo médico em anexo. (**Doc. 06 - Relatório Médico Hospitalar + Laudo Médico**)

A parte Autora requereu pela via administrativa da Ré o recebimento do quantum indenizatório decorrente do Seguro Obrigatório DPVAT, onde fora instruído com o rol de documentos exigidos no diploma legal vigente. (Documentação em poder da Seguradora Ré)

Ato contínuo, **a Demandada submeteu a parte Autora à perícia médica realizada por equipe contratada por esta,** onde o perito médico, após exame pessoal e acesso ao rol de documentos médicos, constatou a sua **INVALIDEZ PERMANENTE, ensejando a parcial procedência do pleito administrativo para o pagamento da indenização.**

Contudo, o valor liberado administrativamente foi de apenas R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), (**Doc. 07 - Comprovante de Requerimento Administrativo**), valor este que é sugerido pelo perito médico da Seguradora ora demandada.

Ocorre que, **a Seguradora ré mesmo de posse de farta documentação médica, entendeu por indenizar o Autor em valor inferior ao contido na tabela de Danos Pessoais inserida na Lei 11.495/09, violando disposição legal que estabelece o quantum indenizatório.**

Diante do exposto, é que o Autor se vale da presente via, objetivando o pagamento da complementação do valor da indenização.



3 - DO DIREITO

Conforme dispõe o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.495/09. Vejamos:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei 11.482, de 2007).

Contudo, conforme supracitado a requerida através da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, efetuou o pagamento da indenização reclamada no R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

A seguradora Ré, mesmo de posse de farta documentação médica, em flagrante desobediência legal ESTABELECE O QUANTUM INDENIZATÓRIO em valores inferiores ao contido na Tabela de Danos Pessoais inserida na Lei nº 11.945/09.

O PAGAMENTO REALIZADO REPRESENTA APENAS FRAÇÃO DO VALOR INDENIZATORIO DEVIDO, pois é inferior ao determinado para os casos de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores.

A perda ou diminuição de qualquer segmento do corpo humano, determina a redução ou perda da funcionalidade da parte afetada. O corpo humano é um todo disciplinado e, a ausência de um órgão ou perda de uma função acarreta uma demanda de maior esforço na realização de qualquer função FÍSICA OU MENTAL.

Realmente, a quantificação das lesões físicas e psíquicas permanentes, as quais foram devidamente reconhecidas pelo exame ora apresentado, permitem a elevação do valor da indenização paga em desacordo com a Lei.

A requerida, aproveitando a falta de esclarecimento do beneficiário, pessoa humilde e sem condição financeira, lesionou seu direito, se



proporcionando enriquecimento ilícito além, de inestimáveis prejuízos ao requerente.

O que sobeja na discussão, é a inescrupulosa avaliação do quantum a ser indenizado.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), O Autor faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

3.1 - DO CÁLCULO DA DIFERENÇA DEVIDA

A legislação vigente tem inserida em seu contexto a Tabela de Danos Pessoais que estabelece o percentual a ser aplicado sobre o teto indenizável observada a lesão permanente resultante do acidente de trânsito.

A parte autora sofreu **FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO.**

O pagamento administrativo realizado pela seguradora foi de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Contudo, para o caso de PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS MEMBROS SUPERIORES, tem-se os seguintes valores:



Danos corporais parciais	Grau de Invalidez (Sequelas)				
	Residual (10%)	Leve (25%)	Média (50%)	Intensa (75%)	Completa (100%)
Lesões Neurológicas	R\$ 1.350,00	R\$ 3.375,00	R\$ 6.750,00	R\$ 10.125,00	R\$ 13.500,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos braços ou de uma das mãos	R\$ 945,00	R\$ 2.362,50	R\$ 4.725,00	R\$ 7.087,50	R\$ 9.450,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de uma das pernas	R\$ 945,00	R\$ 2.362,50	R\$ 4.725,00	R\$ 7.087,50	R\$ 9.450,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda auditiva bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho.	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo.	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer dedo do pé ou da mão (exceto dedo polegar).	R\$ 135,00	R\$ 337,50	R\$ 675,00	R\$ 1.012,50	R\$ 1.350,00
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	-	-	-	-	R\$ 1.350,00

3.1.1 - CÁLCULO COM O VALOR DE INDENIZAÇÃO VIGENTE:

$R\$ 9.450,00 \times 100\% = R\$ 9.450,00 - R\$ 1.687,50 = R\$ 7.762,50$ (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Conforme descrito, a parte Autora sofreu lesões permanentes, e o que se pleiteia é o valor devido por medida de justiça, e deverão ser acrescidas as incidências legais pela aplicação do IGPM.

4 – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, formula os pedidos a seguir.

- A concessão de benefícios da Justiça Gratuita, com base na Lei 13.105/15, em seu artigo 98 e seguintes, no que se refere ao modo de pedir e a prova da condição de necessidade, por tratar o requerente de pessoa sem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, pois se encontra com sérias dificuldades financeiras em razão dos fatos narrados na presente peça. Em consequência, requer a nomeação deste subscritor como assistente Judiciário;
- A citação da ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo, comparecer a audiência prevista no art. 246, I, do Novo Código de Processo Civil, a ser designada por V. Exa., sob pena de não o fazendo, serem reputados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora, face à sua revelia;



- c) A designação de audiência previa de conciliação, nos termos do art. 319, VII do CPC;
- d) A inversão do ÔNUS DA PROVA, em face da inquestionável hipossuficiência da parte autora, e pelo fato da retenção dos documentos apresentados à requerida, quando do pleito administrativo requerido pela parte autora.
- e) **A condenação da ré, no pagamento da complementação do valor da Indenização, qual seja: R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), ACRESCIDA DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO E JUROS LEGAIS DESDE A CITAÇÃO.**
- f) A condenação da ré, nas custas judiciais e honorários advocatícios sucumbenciais, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação.
- g) Por fim, requer que todas as intimações e publicações referentes ao processo em epígrafe, sejam realizadas em nome de sua patrona, na forma do Artigo 272 do CPC, sob pena de nulidade.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Termos em que,
Pede deferimento.

Recife, 07 de Maio de 2020.

GRAÇA PRAGANA
OAB/PE Nº 51.927

